

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.173 - SC (2018/0304922-9)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : JOAO CHINATO RIBEIRO  
**ADVOGADO** : CLAUDIOMIR GIARETTON - SC013129  
**RECORRIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por JOAO CHINATO RIBEIRO, fundamentado nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUMPRIMENTO, ESPONTÂNEO.

1. Firmada a posição pelo Supremo Tribunal Federal: três situações distintas podem surgir acerca da fixação de honorários em execução movidas contra a Fazenda Pública, quais sejam: a) são devidos honorários advocatícios nas execuções contra a Fazenda Pública ajuizadas antes da publicação da MP nº 2.180/35; b) não são devidos honorários para as execuções contra a Fazenda Pública não embargadas e ajuizadas após a publicação da referida MP, nos casos em que o pagamento venha a ser efetuado por meio de precatório, ou seja, em que o valor da condenação seja superior ao equivalente a 60 salários mínimos; c) são devidos honorários nas execuções, inclusive não embargadas, cujo pagamento se efetue por RPV (valor até o equivalente a 60 salários mínimos).
2. Contudo, tendo a parte exequente protocolado execução antes mesmo da intimação do INSS, não há justificativa para o cabimento de honorários advocatícios" (fl.106e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 1.022 DO CPC. REDISCUSSÃO. PREQUESTIONAMENTO.

1. De acordo com o disposto no art. 1.022 do CPC, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial, para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou

questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e III - corrigir erro material.

2. É vedada a rediscussão dos fundamentos da decisão prolatada pela Turma na via estreita dos embargos de declaração.

3. Despicienda, frente ao disposto no art. 1.025 do CPC, a oposição de aclaratórios com a finalidade específica de prequestionamento, porquanto este está implícito no julgamento efetuado".

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial e negativa de prestação jurisdicional (art. 1.022 do CPC/15), violação aos arts. 20, § 4º, 614, II, 730, todos, do CPC/73, correspondente aos arts. 85 § 1º, § 3º e 814, 524, 534 e 535, todos, do CPC/15. Para tanto, sustenta que:

"Trata-se de Recurso Especial, visando a reforma do acórdão da egrégia 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, por unanimidade, negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela parte autora, deixando de fixar os honorários advocatícios na execução.

Assim, **interpõe o presente recurso especial, uma vez que é cabível a fixação de honorários advocatícios na execução, conforme reiteradas decisões proferidas cuja matéria já se encontra pacificada, não tendo o Magistrado a quo motivos para não ter fixado os honorários advocatícios da execução no presente processo.**

No **Inciso III do Artigo 105 da Constituição Federal**, vemos os pressupostos de admissão do Recurso:

(...)

No caso vertente, **aplica-se a alínea 'a' e 'c', haja vista que a interpretação dada pelo acórdão guerreado diverge da interpretação de outro tribunal**, conforme abaixo transcrito.

II - Preliminarmente - da **NEGATIVA DE PRESTACÃO JURISDICIONAL** (violação ao artigo 1.022 do CPC Lei 13.105/2015)

Foram opostos embargos de declaração quanto ao acórdão prolatado, com a finalidade específica de obter a declaração da decisão em face das contradições e omissões de que eivado, bem como prequestionar os artigos mencionados.

Assim, houve omissão no acórdão quando não prequestionou os

dispositivos mencionados.

Tem-se que o CPC garante aos litigantes o direito a verem supridas as omissões das decisões judiciais. Por certo a ampla defesa inclui o direito a um provimento claro e completo, que permita às partes a sua análise e o manejo dos recursos cabíveis.

Entretanto, a colenda Turma rejeitou os embargos declaratórios. Destarte, julgando a Turma de forma contraditória, viabilizaram-se os embargos declaratórios. Daí emergindo à parte o direito ao esclarecimento. Assim o é porque a pretensão da lei não é simplesmente propiciar à parte direito meramente formal à petição, desprovido de qualquer eficácia, mas, através da viabilização do direito ao recurso, promover o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Este o sentido da norma exposta no art.1.022 do Código de Processo Civil - Lei 13.105/15.

Deste modo, **o dispositivo do art. 1.022 do CPC não foi respeitado pelo órgão julgador**: o Tribunal a quo deixou de enfrentar ponto contraditório no acórdão, razão pela qual deve ser anulada a decisão, retornando os autos para pronunciamento sobre a questão abordada nos embargos de declaração.

Caso não seja esse o entendimento do nobre relator, requer o regular processamento do recurso e seu julgamento.

**III - DA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 730 e incisos do CPC - execução de sentença, art. 20 , parágrafo 4º do CPC e artigos correspondes no novo CPC - Lei 1.105/2015, artigos 85 § 1º, § 3º e 814, 524, 534 e 535.**

O acórdão prolatado nestes autos não conferiu à norma melhor exegese dentro de um contexto de aplicação no caso concreto, o que merece ser objeto de análise mais acurada por parte deste Tribunal Superior.

**Ora, o magistrado de primeiro grau indeferiu o pedido de fixação de honorários na execução, sendo que interposto recurso de agravo de instrumento, o Tribunal negou provimento ao apelo, ao argumento de que não houve a intimação do INSS para que cumprisse espontaneamente o julgado.**

Contudo, são cabíveis honorários na execução, pois não há a necessidade de aguardar novamente a intimação da Autarquia, acerca do retorno dos autos da segunda instância, pois, **a parte também possui o direito de apresentar os cálculos, de forma que a execução é uma faculdade e um direito da parte executar as**

**parcelas devidas.**

Ora, Excelências, o único interesse é na efetividade do julgamento, pois as partes aguardam na média de três, quatro anos para obter o benefício, sendo que aguardam os valores atrasados que por ventura vierem a receber, sendo que o INSS, na maioria das vezes deixa de cumprir seus prazos não apresentando os cálculos, e quando apresenta, são abaixo do valor devido.

**Assim, se intimado da sentença ou do acórdão e não opõe recurso e tampouco apresenta os cálculos, não há porque aguardar a intimação da Autarquia do retorno dos autos, para que apresentem os cálculos, ainda mais sob o argumento de 'efetividade da decisão'.**

Ocorre que, na prática, tal determinação só vai atrasar ainda mais o recebimento dos valores pela parte, uma vez que a Autarquia ré, reiteradamente, vem se equivocando no pagamento do valor da correção e juros a serem pagas aos segurados, originando diferenças que pertencem aos segurados.

Verifica-se que o INSS após a intimação do acórdão do Tribunal e trânsito em julgado não apresentou as planilhas de liquidação do crédito, e assim o exequente apresentou a execução de sentença, uma vez que possui interesse na agilidade da demanda.

Ora, a parte autora não é obrigada a parte a aguardar ainda mais para receber seu crédito, ou seja, aguardar a intimação do INSS do retorno dos autos, para que querendo apresente a conta, se já está aguardando a tanto tempo, não sendo racional esperar a boa vontade do ente previdenciário.

Ademais, é fato que o INSS quando apresenta o cálculo de liquidação de sentença sempre apresenta com 'erros', motivo pelo qual a parte autora para não ter prejuízos apresenta a conta. Cita despacho de casos nos quais ocorre 'equivocos' do INSS quando da apresentação da sua conta, como exemplos:

(...)

Assim, a parte autora possui interesse e legitimidade em propor a execução, pois a decisão acaba por favorecer o INSS, dando-lhe mais prazo, já não sendo suficientes todos os prazos elastificados e demais garantias processuais que possuem por tratar-se de Fazenda Pública.

Ademais, prevê o art. 475-B do CPC - Lei 5.869/73:

(...)

De acordo com o referido artigo o credor é requererá o cumprimento da sentença, quando o valor da condenação depender apenas do cálculo aritmético.

No caso do credor necessitar de dados existentes em poder do devedor, dispõe o parágrafo 1º que o juiz a requerimento do credor, poderá requisitá-los.

Bem como dispõe o **art. 614 inciso, II, do CPC - Lei 5.869/73:**

(...)

Assim dispõe o Código de Processo Civil, a respeito da execução em face da Fazenda Pública - Lei 5.869/73:

**Art. 730 - (...)**

**E os artigos correspondentes no novo CPC (LE Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015), artigos 85 §1º, §3º e §14, 524, 534 e 535.**

(...)

**Destarte, são cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, porque o artigo 475-R do CPC Lei 5.869-73 determinava aplicar subsidiariamente ao cumprimento da sentença, no que couber, as normas que regem o processo de execução de título extrajudicial e, sendo cabíveis honorários em execuções embargadas ou não, é razoável também caber a fixação em cumprimento de sentença, impugnado ou não, já que o devedor dá causa à instalação da nova fase processual, aplicando-se o princípio da causalidade.**

Portanto, se a própria lei prevê e permite a interposição da execução, não cabe ao julgador restringir o direito assegurado em prejuízo da exequente, sendo que cabem honorários da execução, de acordo com posicionamento reiterado dos Tribunais, fixando em 5% sobre o valor total do débito.

No caso, a inércia do devedor deu causa à execução, já que decorrido o prazo para pagamento voluntário, não sendo razoável exigir do credor que aguarde ad eternum o pagamento do crédito, sendo que já aguardou o tão demorado tramite processual ressaltando que trata-se de verba decorrente de benefício previdenciário (verba alimentar). Portanto, deve o executado arcar com o pagamento dos honorários advocatícios.

## **VI - DA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE**

A lei maior tem o objetivo de unificação da jurisprudência sobre a aplicação da mesma lei, com o fito de obter a certeza e a segurança nas relações em sociedade.

Faz-se necessário que o ato decisório divergente seja de outro

Tribunal que não o de cujo acórdão se está recorrendo e que o dissenso verse sobre tese jurídica.

**No caso, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve a decisão proferida pelo Juiz a quo, indeferindo o pedido de fixação dos honorários na execução, ao argumento de que o INSS não foi intimado do retorno dos autos.**

Torna-se necessária a análise jurisprudencial acerca do caso em suma, isto é, sobre a possibilidade de fixação dos honorários advocatícios, tendo em vista que não houve o cumprimento voluntário no prazo legal, vislumbrando do entendimento de outros Tribunais e, assim, consumando que o Eg. Tribunal Regional Federal da 4º neste caso julgou de forma contrária aos demais Tribunais

É de se mencionar que os acórdãos utilizados como paradigma nesta oportunidade foram extraídos de sites dos Tribunais abaixo relacionados, na forma autorizada pelo art. 1.029, § 1º, do CPC Lei 13.105/15.

Vejamos os acórdãos paradigmas:

(...)

#### **Da similitude fática e jurídica**

É sabido que para a configuração da divergência jurisprudencial é necessário que haja a demonstração da similitude fática entre o caso concreto e o entendimento comparado, não bastando meras alegações.

Com efeito, observando-se os acórdãos colacionados, verifica-se a similitude das mesmas em relação ao caso em comento, ficando claro o dissenso entre os julgados transcritos e o julgado guerreado.

Há claro desacordo de interpretação da norma entre os julgados, pois no acórdão que ora se ataca, não foram fixados os honorários advocatícios da execução, mas **nos paradigmas, entendeu-se que quando a parte não efetua o adimplemento voluntário da execução, no sentido que a parte autora precisou ajuizar a execução de sentença para garantir os valores que lhe são devidos, deve pagar os honorários advocatícios já que deu causa.**

Ademais, conforme Paradigma 04, no recurso especial nº 1.546.930 entendeu-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 420.816/PR, fixou compreensão no sentido de serem devidos honorários na execução na hipótese de execução de pequeno valor.

Assim, fica evidenciado que a contrariedade da Lei Federal e o dissídio jurisprudencial, à luz da exposição feita e dos paradigmas

juntados, são inequívocos, ressaltando-se, mais uma vez, que a Constituição Federal, art. 105, inciso III, alíneas 'a' e 'c', dá guarida à pretensão recursal do Recorrente, pois, em seu entendimento, houve contrariedade à lei federal e divergência judicial na interpretação da norma.

**Como visto, o entendimento questionado deve seguir os precedentes dos julgados acima citados, pois, a contrário senso, foi firmado o entendimento que não cabem honorários à execução quando há o adimplemento voluntário, sendo que quando não há o pagamento nos 15 dias subsequentes à intimação, então a fixação dos honorários é de rigor" (fls. 117/140e).**

Por fim, "sendo inconteste o direito do recorrente e tendo sido dada à lei em comento interpretação diversa de outro tribunal, este REQUER: a) que seja recebido o recurso e determinada a intimação do recorrido para apresentar as contrarrazões no prazo legal; b) que seja conhecido e provido integralmente o presente Recurso Especial, para o fim de anular o acórdão recorrido, face a violação à lei Federal, bem como determinar a fixação dos honorários advocatícios da execução em um salário mínimo visto que o percentual de 5% resulta em um valor irrisório, conforme as razões do recurso; c) reitera, na íntegra, os termos do pedido de isenção de custas judiciais, já deferido pelo juízo de primeiro grau, nos termos da Lei nº 1.060/50, pois o recorrente não possui condições de arcar com tais custas sem prejuízo do próprio sustento e da família"(fl. 140e).

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi admitido na origem (fl.175e).

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

**"Trata-se de apelação de sentença que extinguiu a execução nos termos do artigo 794, 1, deixando de fixar honorários advocatícios, ao argumento de que houve pagamento espontâneo da Dívida de Pequeno Valor.**

O recorrente alega que são devidos honorários advocatícios, uma vez que se trata, de execução não embargada em que o pagamento foi feito por RPV, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal. Requer o provimento do recurso para que sejam fixados honorários em 5% sobre o valor da execução, ressalvado o patamar mínimo.

É o breve relatório.

Não assiste razão ao recorrente, tendo em vista que os honorários advocatícios, 5% sobre o valor da execução já foi pago, R\$ 324,45 (fl.

37, 41, 43 e 53).

**Ainda que não fosse adimplida a verba honorária, não teria direito o patrono da parte autora ao recebimento desta, tendo em vista que houve o cumprimento espontâneo pelo INSS.**

Com efeito, o direito a honorários na execução decorre da necessidade de remunerar o trabalho do advogado que diligencia no sentido da propositura do feito, o qual tem como objetivo coagir o devedor a adimplir o seu débito. Nessa acepção, a verba honorária só é devida, quando a instauração do processo de execução se der por iniciativa do credor e exigir a citação da Fazenda Pública em face de sua inércia.

**Deve ser considerado, todavia, que o prazo para manifestação do devedor só tem início com a intimação acerca da baixa dos autos; não ocorrendo de forma automática, logo após o trânsito em julgado da decisão.**

Assim, o INSS deve ser intimado do retorno dos autos da instância superior para que tenha oportunidade de, espontaneamente, implantar ou revisar o benefício e/ou apresentar os cálculos dos valores devidos (não se podendo exigir também o pagamento dos valores atrasados nesse momento, tendo em vista o art. 100 da CF). **Somente no caso de não fazê-lo após essa intimação é que se pode cogitar de condenação em honorários advocatícios na execução.**

Nessa linha são os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

(...)

No caso concreto, considerando que à parte exequente promoveu a execução antes mesmo da devolução dos autos, não dando oportunidade para o INSS promover o pagamento espontâneo do débito, entendo que a incidência de honorários não se justifica, pois não restou caracterizada a omissão do executado.

Dispositivo:

Ante o exposto, voto por negar provimento à apelação" (fls. 101/106e).

Quanto a alegada negativa de vigência do art. 1.022, I e II, do CPC/2015 não há falar em qualquer vício, eis que o Tribunal de origem pronunciou-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão.

Com efeito, no caso, por simples leitura do acórdão embargado, observa-se

que a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que o voto condutor do acórdão recorrido apreciou, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Registre-se, outrossim, que não cabem Declaratórios com objetivo de provocar prequestionamento, se ausentes omissão, contradição, obscuridade ou erro material no julgado (STJ, AgRg no REsp 1.235.316/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/05/2011), bem como não se presta a via declaratória para obrigar o Tribunal a reapreciar provas, sob o ponto de vista da parte recorrente (STJ, AgRg no Ag 117.463/RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, DJU de 27/10/1997).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.319.666/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/02/2016.

No mérito, o Tribunal **a quo** entendeu que houve iniciativa da Fazenda Pública para o pagamento espontâneo da obrigação, como se deduz do seguinte trecho do voto condutor do acórdão recorrido, **in verbis**:

"Não assiste razão ao recorrente, tendo em vista que os honorários advocatícios, 5% sobre o valor da execução já foi pago, R\$ 324,45 (fl. 37, 41, 43 e 53).

Ainda que não fosse adimplida a verba honorária, não teria direito o patrono da parte autora ao recebimento desta, **tendo em vista que houve o cumprimento espontâneo pelo INSS**" (fl.101e).

Tal entendimento, está em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual não há que se falar em fixação de verba honorária, na hipótese de cumprimento espontâneo da obrigação de pequeno valor pelo ente público.

Neste sentido:

**"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR. RPV. EXECUÇÃO PROMOVIDA ANTES DE POSSIBILITAR O CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO DA OBRIGAÇÃO PELO INSS. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE**

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. Cuida-se de Execução de montante inferior a sessenta salários mínimo que foi proposta antes mesmo de oportunizar o cumprimento espontâneo do INSS.

**2. Não é cabível a fixação de honorários advocatícios em Execução contra a Fazenda Pública não embargada, quando a parte dá início ao processo executivo antes de possibilitar o cumprimento espontâneo da obrigação pela Fazenda Pública.**

Precedentes: AgInt no REsp.1.505.404/SC, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 14.9.2017; REsp. 1.532.486/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 6.8.2015.

3. Recurso Especial do Particular a que se nega provimento" (STJ, REsp 1.586.989/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 05/09/2019)

**"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA NÃO EMBARGADA. RPV. EXECUÇÃO PROMOVIDA ANTES DA INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA PARA O CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO DA DECISÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INVIABILIDADE. PRECEDENTES.**

1. A teor da jurisprudência desta Corte "não é cabível a fixação de honorários advocatícios em Execução contra a Fazenda Pública não embargada, quando a parte dá início ao processo executivo antes de possibilitar o cumprimento espontâneo da obrigação pela Fazenda Pública" (AgInt no REsp 1.397.901/SC, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 3/8/2017). Em igual sentido: REsp 1.532.486/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/8/2015.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AgInt no REsp 1.559.438/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/08/2019).

**"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. 'EXECUÇÃO INVERTIDA'. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.**

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou

contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do CPC.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 420.816/PR, fixou compreensão no sentido de serem devidos honorários advocatícios na hipótese de execução sujeita a Requisição de Pequeno Valor (RPV).

3. Todavia o caso dos autos, possui peculiaridades, que afastam a aplicação desse precedente à hipótese.

4. Na "execução invertida" a Fazenda Pública condenada em obrigação de pagar quantia certa, mediante RPV, ao invés de aguardar a fase executiva do débito já reconhecido, antecipa-se ao credor cumprindo espontaneamente a obrigação apresentado os cálculos da quantia devida.

5. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a condenação em honorários advocatícios pauta-se pelo princípio da causalidade, ou seja, somente aquele que deu causa à demanda ou ao incidente processual é quem deve arcar com as despesas deles decorrentes.

6. Dessa forma, a Fazenda Pública cumprindo espontaneamente a obrigação de pagar quantia certa, com a concordância do credor acerca do valor apresentado, não há que se falar em fixação de honorários advocatícios, na medida que não houve novo esforço laboral.

7. O direito aos honorários advocatícios na execução decorre da necessidade de remuneração do causídico que atua de forma diligente no sentido de propor a execução com a finalidade de obrigar o ente público a cumprir a obrigação firmada no processo de conhecimento.

Assim sendo, somente no caso de o credor der início a execução (com o pedido de citação da Fazenda Pública para opor embargos à execução) é que será cabível a condenação em honorários, hipótese na qual aplica-se o entendimento firmado pelo STF no RE 420.816/PR.

8. Recurso especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.536.555/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 30/06/2015).

Neste contexto, o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte Superior, razão pela qual incide a Súmula 568/STJ, *in verbis*: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora